

SIMPÓSIO P35

Modalidade de Realização:

Presencial

Simpósio:

JUSTIÇA CLIMÁTICA, DIREITOS DA NATUREZA, E OS SISTEMAS LEGAIS: O
PLURIVERSO DOS SUJEITOS E AS LEIS

Coordenadores:

Nome do Coordenador 1: Gustavo García-López

Vinculação Institucional: Oficina de Ecologia e Sociedade (ECOSOC), Centro de Estudos Sociais (CES), UC

Resumo Curricular: Pesquisador engajado, educador e organizador-aprendiz das ilhas de Porto Rico. Desde 2019, trabalha como Investigador FCT-CEECIND no CES. Previamente, foi Professor Titular em Planejamento Ambiental na Universidade de Porto Rico. Tem experiência em estudos socioambientais transdisciplinares, aprendida na universidade e através de lutas ambientais. Seu trabalho situa-se na ecologia política, desde abordagens pós-coloniais/decoloniais caribenhos e latino-americanos. Liga assuntos de bens comuns, autogestão, justiça ambiental/climática, transições justas, e soberanias ambientais. É membro fundador do coletivo JunteGente em Porto Rico (juntegente.org), da Climate Justice Network (climatejusticenetwork.org) e do blog Undisciplined Environments (undisciplinedenvironments.org).

Nome da Coordenadora 2: Flora Pereira da Silva

Vinculação Institucional: Oficina de Ecologia e Sociedade (ECOSOC), Centro de Estudos Sociais (CES), UC

Resumo Curricular: Doutoranda do Programa de Pós-Colonialismo e Cidadania Global, na Universidade de Coimbra (FEUC/CES). Pesquisa ontologias e epistemologias do Sul relacionadas ao clima, meio ambiente e terra, pelas lentes da crítica pós-colonial e da ecologia política. Mestre pela UNB em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional, e com Laurea Magistrale em Comunicação e Filosofia no programa de Acordo Bilateral pela Università degli Studi di Roma Tre. Graduada em jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. É Diretora do Programa Internacional de Educação e Mobilização no Pulitzer Center, responsável por liderar iniciativas em países da Amazônia, Bacia do Congo e Sudeste Asiático.

Linha(s) de debate (descrição do Simpósio):

O corpo legislativo emergente englobado na designação de Direitos da Natureza (DDN) (Berros, 2021; Guzmán, 2019; O'Donnell et al., 2020), assim como as ações judiciais pelo clima (Giacomini, 2022; Rodríguez-Garavito, 2020; Savaresi e Setzer, 2022), estão a estabelecer debates interessantes sobre abordagens mais abrangentes dos Sujeitos de Direitos e dos Ordenamentos Jurídicos envolvidos. As legislações mais recentes de 2022 incluem a Declaração da ONU sobre o Direito a um Meio Ambiente Limpo, Saudável e Sustentável, até a inclusão do Ecocídio no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. Sob esse guarda-chuva dos DDN, a consideração de quem pode ser sujeito de direitos vai além do humano. As corporações já tinham essa atribuição, mas nas últimas décadas, além dos animais não humanos;



agora os rios, parques, lagos ou montanhas estão se tornando Sujeitos de Direitos. Os sistemas jurídicos envolvidos também são diversos. A partir de uma abordagem da Sociologia do Direito, os pluralismos jurídicos devem incluir leis e jurisdições indígenas e de comunidades minorizadas. Os impactos não intencionais da mudança climática estão atingindo mais duramente no Sul Global. Para proteger esses territórios e os seus defensores, humanos e mais que humanos, é importante explorar as sinergias entre essas diversas legislações emergentes juntamente com outros marcos jurídicos locais, regionais e internacionais (Tigre et al., 2022). O diálogo em torno deste Simpósio será complementado com abordagens de ecologia política crítica e de(s)colonial para avançar na descolonização de instrumentos e estruturas legais internacionais (Lindgren, 2017; Dominguez e Luoma, 2020) e promover uma Justiça Climática real e duradoura.

Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:

Português (X)

Inglês (X)

Espanhol (X)



SYMPOSIUM P35

Modality:

In-person

Symposium:

CLIMATE JUSTICE, RIGHTS OF NATURE, AND THE LEGAL SYSTEMS: A
PLURIVERSE OF SUBJECTS AND LAWS

Coordinators:

Name of Coordinator 1: Gustavo García-López

Institution: Ecology and Society Workshop (ECOSOC), Center for Social Studies (CES), UC

Curricular Summary: Committed researcher, educator and organizer of the islands of Puerto Rico. Since 2019, he works as an FCT-CEECIND Researcher at CES. Previously, he was Professor of Environmental Planning at the University of Puerto Rico. He has experience in transdisciplinary socio-environmental studies, learned at university and through environmental struggles. His work is situated in political ecology, from Caribbean and Latin American postcolonial / decolonial approaches. He interconnects issues of the commons, self-management, environmental/climate justice, just transitions, and environmental sovereignty. He is a founding member of the Junta Gente collective in Puerto Rico (juntegente.org), the Climate Justice Network (climatejusticenetwork.org) and the blog Ambientes Indisciplinados (undisciplinedenvironments.org).

Name of Coordinator 2: Flora Pereira da Silva

Institution: Ecology and Society Workshop (ECOSOC), Center for Social Studies (CES), UC

Curricular Summary: PhD Student in CES's Postcolonialisms and Global Citizenship Doctoral Programme. She researches southern ontologies and epistemologies related to climate, environment, and land, through the lens of postcolonial critique and political ecology. She holds a Master's degree at the University of Brasilia on Development, Society and International Cooperation, a Laurea Magistrale through the program 'Bilateral Agreement' in Communication and Philosophy from the Università Degli Studi di Roma Tre, and a Journalism degree at Santa Catarina Federal University. She works as the International Education and Outreach Director at the Pulitzer Center, responsible for leading the rainforest program and teams in countries of the Amazon, Congo Basin, and Southeast Asia.

Line(s) of discussion (symposium description):

The emergent corpus of legislation encompassed in the Rights of Nature (RoN) designation (Berros, 2021; Guzmán, 2019; O'Donnell et al., 2020), as well as the rise of climate lawsuits (Giacomini, 2022; Rodríguez-Garavito, 2020; Savaresi and Setzer, 2022), are establishing interesting debates about more comprehensive approaches to Subjects of Rights and the Legal Systems involved. Most recent legislations in 2022 run from the UN Declaration on the Right to a Clean, Healthy and Sustainable Environment, until the inclusion of Ecocide in the International Criminal Court Rome Statute. Under this RoN umbrella, the consideration of who can be subject of rights, is going beyond the human. Corporations had already that consideration, but in the last decades, and apart from animal beings, now rivers, parks, lakes, or mountains are becoming Subject of Rights. The legal systems involved are also diverse. From a Sociology of Law approach, legal pluralisms involved should include indigenous and





**VIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS
HUMANOS DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.
10 a 12 de outubro de 2023 – Coimbra/Portugal**



minoritized communities' laws and jurisdictions. The unwanted impacts of climate change are affecting more the Global South. To protect these territories and their defenders, both human and more than human, it is important to explore the synergies among these diverse emergent legislations in conjunction with other local, regional, and international legal frameworks (Tigre et al., 2022). The dialogue around this symposium will be complemented with critical political ecology and de(s)colonial approaches to advance in the decolonization of international legal instruments and frameworks (Lindgren, 2017; Dominguez and Luoma, 2020) to promote a real and durable Climate Justice.

Languages of abstracts that will be accepted for presentation:

Portuguese (X)

English (X)

Spanish (X)



www.cidhcoimbra.com



contact@cidhcoimbra.com



[@cidhcoimbra](https://www.instagram.com/cidhcoimbra)

SIMPOSIO P35

Tipo de implementación:

En persona

Simposio:

JUSTICIA CLIMÁTICA, DERECHOS DE LA NATURALEZA, Y SISTEMAS LEGALES:
EL PLURIVERSO DE SUJETOS Y LEYES

Coordinadores:

Nombre del Coordinador 1: Gustavo García López

Vinculación Institucional: Oficina de Ecología y Sociedad (ECOSOC), Centro de Estudios Sociales (CES), UC

Resumen curricular: Investigador comprometido, educador y organizador-aprendiz de las islas de Puerto Rico. Desde 2019, trabaja como Investigador FCT-CEECIND en el CES. Anteriormente, fue Profesor Titular de Planificación Ambiental en la Universidad de Puerto Rico. Tiene experiencia en estudios socioambientales transdisciplinarios, aprendidos en la universidad ya través de las luchas ambientales. Su trabajo se sitúa en la ecología política, desde enfoques poscoloniales/decoloniales caribeños y latinoamericanos. Vincula temas de bienes comunes, autogestión, justicia ambiental/climática, transiciones justas y soberanía ambiental. Es miembro fundador del colectivo Junta Gente en Puerto Rico (juntegente.org), la Red de Justicia Climática (climatejusticenetwork.org) y el blog Ambientes Indisciplinados (undisciplinedenvironments.org).

Nombre de la Coordinadora 2: Flora Pereira da Silva

Vinculación Institucional: Oficina de Ecología y Sociedad (ECOSOC), Centro de Estudios Sociales (CES), UC

Resumen curricular: Estudiante de doctorado en el Programa de Poscolonialismo y Ciudadanía Global de la Universidad de Coimbra (FEUC/CES). Investiga ontologías y epistemologías del Sur relacionadas con el clima, el medio ambiente y la tierra, a través de la lente de la crítica poscolonial y la ecología política. Máster por la UNB en Desarrollo, Sociedad y Cooperación Internacional, y con Laurea Magistrale en Comunicación y Filosofía en el programa Acuerdo Bilateral de la Università degli Studi di Roma Tre. Graduado en Periodismo por la Universidad Federal de Santa Catarina. Es Directora del Programa de Educación y Movilización Internacional del Centro Pulitzer, responsable de liderar iniciativas en países de la Amazonía, la Cuenca del Congo y el Sudeste Asiático.

Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):

El corpus de legislación emergente englobado en la designación de Derechos de la Naturaleza (DDN) (Berros, 2021; Guzmán, 2019; O'Donnell et al., 2020), así como el alza en demandas judiciales por el clima (Giacomini, 2022; Rodríguez-Garavito, 2020; Savaresi y Setzer, 2022), están estableciendo interesantes debates sobre enfoques más integrales acerca de los Sujetos de Derechos y los Sistemas Jurídicos implicados. Las legislaciones más recientes de 2022 incluyen la Declaración de la ONU sobre el Derecho a un Medio Ambiente Limpio, Saludable y Sostenible, hasta la inclusión del Ecocidio en el Estatuto de Roma de la Corte Penal Internacional. Bajo este paraguas de los DDN, la consideración de quién puede ser sujeto de derechos va más allá de lo humano. Las corporaciones ya tenían esa atribución, pero en las



últimas décadas, y además de los animales no humanos, ahora los ríos, parques, lagos, o montañas se están convirtiendo en Sujetos de Derechos. Los sistemas legales involucrados también son diversos. Desde un enfoque de Sociología del Derecho, los pluralismos jurídicos deberían incluir leyes y jurisdicciones indígenas y de comunidades minorizadas. Los impactos no deseados del cambio climático están afectando más al Sur Global. Para proteger estos territorios y sus defensores, humanos y más que humanos, es importante explorar las sinergias entre estas diversas legislaciones emergentes junto con otros marcos legales locales, regionales e internacionales (Tigre et al., 2022). El diálogo en torno a este Simposio se complementará con abordajes de ecología política crítica y de(s)colonial para avanzar en la descolonización de los instrumentos y marcos jurídicos internacionales (Lindgren, 2017) y promover una Justicia Climática real y duradera.

Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:

Portugués (X)

Inglés (X)

Español (X)

